

# Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano : o paradoxo da participação política cívica e da participação no Estado

Almir Nabozny<sup>1</sup>

## Introdução

O espaço urbano capitalista tem se caracterizado por diferentes níveis de acessibilidade dos sujeitos aos equipamentos coletivos, serviços e apropriação da riqueza produzida. As disparidades também estão presentes quanto à participação dos grupos sociais no Estado e, embora haja maior possibilidade de aproximação da população em relação às ações do Poder Público no âmbito municipal, a sociedade brasileira é marcada pela predominância de um modelo estatal patrimonialista, cuja concertação dos interesses de grupos se dá a partir daqueles que garantem maior proximidade. O processo de luta no acesso ao poder estatal envolve aspectos mais amplos do que os diferenciais de renda, incluindo também os elementos culturais de cada sociedade, como a assimetria de acesso dos grupos sociais com base em gênero e etnia.

Assim, este artigo discute o papel do Estado e a participação política sob o prisma do gênero, evidenciando o perfil feminino de atuação cidadã, tendo como referência

---

<sup>1</sup> Geógrafo e Professor de Geografia. Discente do Programa de Pós-graduação em Geografia. Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). (almirnabozny@yahoo.com.br)

empírica a cidade de Ponta Grossa – PR. Os dados aqui apresentados fazem parte de pesquisas que já concluí junto ao GETE (Grupo de Estudos Territoriais / UEPG) no qual uma rede de pesquisadores tem refletido sobre as relações de gênero e espaço geográfico.

### **Produção do espaço urbano, estado e participação política da sociedade civil.**

As cidades constituem-se como locus privilegiado da produção capitalista, já que “seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza com maior rapidez o ciclo do capital”<sup>2</sup>. Além disso, as cidades são um produto histórico/espacial específico para além de suas prerrogativas econômicas, sendo, ao mesmo tempo, concentradoras da reprodução cultural dos seres humanos. O espaço urbano, segundo Roberto Lobato Corrêa<sup>3</sup>, é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, repleto de símbolos e campos de lutas, cuja produção se dá pela ação dos agentes produtores segundo as seguintes categorias: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os agentes agem simultaneamente de forma contraditória e complementar, pois seguem a lógica capitalista que busca o lucro e a apropriação privada da terra urbana, mas ao mesmo tempo possuem interesses específicos.

O Estado para Roberto Lobato Correa é um instrumento a serviço da classe dominante. O Estado capitalista pode atuar como um grande agente industrial, proprietário fundiário, promotor imobiliário e, ao mesmo tempo criar modos de regulação do uso da terra, sendo também alvo dos grupos sociais excluídos. Esta perspectiva está baseada na concepção marxista, na qual o Estado não se destacou como importante elemento na reprodução social e na economia capitalista.

---

<sup>2</sup> SPÓSITO, Maria Encarnação. B. *Capitalismo e Urbanização*. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2001.p.64.

<sup>3</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 94p.

Entretanto, este artigo entende a postura do Estado enquanto elemento primordial na organização do capital, tal qual entendido por Claus Offe<sup>4</sup>. Para este autor, o Estado capitalista está a serviço de uma sociedade de classes e não apenas de uma delas e, sendo assim, possibilita a noção de movimento e luta na conquista de espaço na arena estatal.

A influência marxista marcou durante muito tempo, de forma hegemônica, o conceito de espaço na Geografia crítica, tendo como um dos grandes representantes dessa corrente Milton Santos. Para ele, o espaço é:

(...) como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A *estrutura espacial*, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais *estruturas sociais*, uma estrutura subordinada e subordinante. (...) que dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução<sup>5</sup> (Os grifos são meus).

Interessante perspectiva de compreensão do espaço urbano capitalista foi apresentada por Mark Gottdiener<sup>6</sup>, o qual considera a cidade como um produto socialmente determinado por fatores econômicos, culturais e políticos e, assim, amenizou a carga excessiva dos aspectos econômicos e enriqueceu a perspectiva de análise geográfica da cidade.

Muitos autores foram críticos da perspectiva marxista de análise do espaço urbano, argumentando que outros elementos são importantes para serem explorados, que vão além das relações de classe. Entre eles, Denis Cosgrove luta pelo reconhecimento da importância da cultura na análise do espaço. Como todo o conhecimento é situacional e contextual, alio-me à crítica de Cosgrove, ao adotar o conceito de gênero na análise geográfica, pois considero esta uma

---

<sup>4</sup> OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

<sup>5</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. p.145.

<sup>6</sup> GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993. 310p.

importante perspectiva e não apenas um tema periférico. Cosgrove argumenta que “(...) o agente cultural não é um olho desencarnado, nem um puro intelecto, nem um mero fantoche das *forças estruturais*”<sup>7</sup>.(Os grifos são meus). A produção do espaço realizada por agentes sócio-culturais não se restringe à relação dialética de reflexo e condição, mas, sobretudo, amplia-se no processo de transformação. Esta perspectiva torna-se provável porque as práticas sociais são re-significadas pelos sujeitos, criando, portanto, um campo de possibilidades da criação do elemento novo e transgressor.

Apesar das possibilidades abertas pela corrente da Nova Geografia Cultural, houve poucos avanços na superação do discurso masculino hegemônico na ciência geográfica. Algumas importantes geógrafas têm lutado para fortalecer a perspectiva de gênero. Entre elas, destaca-se Gillian Rose<sup>8</sup>. Há uma luta científica para que as mulheres sejam reconhecidas como importantes produtoras do espaço urbano. Joseli Maria Silva discute a proposta teórica de Gillian Rose, trazendo para o debate da Geografia brasileira o conceito de “Espaço Paradoxal” como uma possibilidade de subversão da construção masculina do conhecimento geográfico. O espaço paradoxal como um espaço de luta é:

(...) complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui uma interessante construção metodológica na geografia. A mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre 'nós' e o 'outros' devido à sua pluri-localidade no território<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> COSGROVE, Denis. Geografia Cultural do Milênio. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p.34.

<sup>8</sup> ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993. 205 p.

<sup>9</sup> SILVA, Joseli. Maria. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: Um desafio para a Geografia Cultural brasileira. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org) *Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2005 p.181-182.

Um importante aspecto a ser explorado para garantir a visibilidade das mulheres, enquanto importantes agentes produtores do espaço urbano, é o acesso ao poder do Estado. O Estado é uma importante instituição da sociedade, é resultado “de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército e polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico”<sup>10</sup>. Essa instituição está estabelecida na sociedade de forma naturalizada. Entretanto, seu formato não é homogêneo. Cada sociedade constrói diferentes relações sociais e estas formam diferentes tipos de Estado, dependentes da raiz cultural e do desenvolvimento social.

Uma interessante discussão sobre os problemas do Estado capitalista foi estabelecida por Claus Offe. Para ele, um Estado formado numa sociedade capitalista tem a função primordial de garantir a acumulação de capital. Assim, ao contrário dos autores marxistas, que negligenciaram o papel do Estado como importante elemento do processo de acumulação, Offe demonstra sua centralidade e argumenta que o Estado capitalista:

(...) não está a serviço nem é instrumento de uma classe contra outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizem as relações de classes específicas de uma sociedade capitalista. O estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes<sup>11</sup>.

Nesse sentido, o formato adquirido pelo Estado pode variar, dependendo do processo de correlação de forças estabelecidas pela sociedade. Na sociedade brasileira o acesso ao poder do Estado se dá de forma assimétrica. Em geral, o Estado tem sido capturado pelos grupos sociais de maior renda

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.p.99.

<sup>11</sup> OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 123.

e escolaridade. Entretanto, com o processo de democratização que vem se efetivando, vários grupos sociais têm conseguido ampliar sua participação política. Em relação ao processo de luta pelo acesso ao poder do Estado, Delaine Martins Costa argumenta que:

Não se pode esperar que os grupos preferenciais se retraiam espontaneamente dessa arena privilegiada que é o Estado, de forma a tornar possível a emergência e/ou o fortalecimento de outras forças e interesses, hoje com pouca ou nenhuma oportunidade de expressão <sup>12</sup>.

As relações entre Estado e sociedade civil são extremamente complexas. O Estado depende da sociedade que lhe dá poderes para garantir o cumprimento do pacto social. Entretanto, este poder é relativo, pois quanto maior a autonomia de Estado em relação à sociedade civil, menor é seu poder e quanto menor a autonomia, maior é o seu poder. Ou seja, quando há uma maior participação da sociedade civil no âmbito do Estado este se fortalece, porém perde em autonomia, pois tem como principal consequência a cobrança dos interesses da sociedade como um todo e não apenas de uma classe dirigente. Além disso, o poder do Estado não pode ser analisado em um bloco único e homogêneo internamente. Ele encontra-se dividido em uma complexidade escalar. Por um lado, pode ser evidenciada uma divisão horizontal de poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário e, por outro, também um poder vertical: União, Estado e Município que são os entes federados que compõem o pacto social.

O regime democrático instituído na sociedade brasileira tem sido caracterizado cada vez mais pela participação política da sociedade civil e a representação de seus interesses no Estado. Na escala municipal, tem ocorrido inúmeras experiências de participação popular na administração pública. Entre elas, a mais comum foi a do “Orçamento Participativo”, elaborado inicialmente pelo grupo gestor da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1989<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> COSTA, Delaine. Martins. *Democratização dos Poderes Municipais e Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 1997.p. 25.

<sup>13</sup> O programa do Orçamento Participativo começou em 1989, pela

Mesmo com a abertura de canais de participação, nem todos os grupos sociais conseguem ser representados de forma igualitária no Estado. A desigualdade de representação entre homens e mulheres é uma realidade e isso decorre das diferenças de oportunidades que ambos adquirem no processo de participação política e na organização de diferentes instituições, que só serão eficientes e fortes se houver um desempenho dinâmico dos cidadãos no desenvolvimento das políticas públicas <sup>14</sup>.

Assim, o Estado isolado não constitui uma instituição eficiente fora da participação cidadã. A sociedade brasileira foi marcada pelo exercício de poder por um Estado com fortes características patrimoniais e experiências como o Orçamento Participativo auxiliou no desenvolvimento de práticas democráticas no processo de gestão pública. Luciano FEDOZZI (1997) ao estudar a experiência de Porto Alegre, aponta que o *ethos* autoritário do modelo patrimonialista de formação social e política brasileira está marcado pelos seguintes elementos:

Concepção tutelar do poder engendrada pela precedência e primazia histórica do Estado em relação à sociedade e que se processa através de mecanismos de cooptação e de exclusão social e política; a ausência da noção de contrato social nos padrões de relacionamento da ordem social e política, que pressupõe o reconhecimento do outro como sujeito portador de direitos enquanto noção igualitária básica da democracia; a não distinção entre o que é público e o que é privado, configurando a inexistência da noção republicana que está na base das democracias; a permanente reposição da dualidade entre o país real e o país formal denotando uma esquizofrenia entre os níveis institucional e o social<sup>15</sup>.

A participação política da sociedade civil na gestão

---

iniciativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre na gestão do prefeito Olívio Dutra (PT: Partido dos Trabalhadores).

<sup>14</sup> PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e democracia - a experiência da Itália*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 256 p.

<sup>15</sup> FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Tomo Editorial, 1997.p.80.

pública ainda é um processo que exige profundas transformações culturais. Contudo, tem sido uma possibilidade aberta aos grupos sociais menos favorecidos para colocar seus interesses na esfera do Estado e viabilizar seu acesso àquilo que é produzido no espaço urbano. Enfim, é neste jogo tenso e contraditório, envolvendo a complexidade do Estado e das relações de poder da sociedade que se viabiliza a luta pela participação política feminina.

### **Qualificando a participação na multiplicidade da identidade feminina**

A participação política feminina neste trabalho baseia-se na compreensão de gênero como um processo que articula sexo, desejo e prática sexual, no qual o corpo é moldado pela cultura através do discurso composto de espacialidades<sup>16</sup>. O arranjo social e espacial que produz o papel esperado do gênero feminino se constitui regulado por um poder disciplinar que, segundo Michel Foucault, “em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”<sup>17</sup>. As relações de poder estão presentes na construção dos valores e códigos culturais e o corpo é um significante que comporta os valores estabelecidos no processo de luta. Para Judith Butler, o corpo se constitui dentro de limites de produção de certos esquemas de regulamentação. O “gênero pratica um ato de inscrição cultural. Todavia, o gênero não é escrito no corpo”<sup>18</sup>. São normas culturais e processos históricos e espaciais praticados e experienciados que dão origem à constituição das identidades de gênero.

---

<sup>16</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.143.

<sup>18</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.210.

Se o gênero não é algo dado pela diferença de corpos, mas uma realidade cultural que se constrói de forma relacional e plural, é importante esclarecer que a cultura para este artigo é compreendida como algo que se constrói através da ação humana. Durante um longo período na Geografia, a interpretação da cultura foi dominada pela tradição da Escola de Berkeley. O geógrafo James Duncan<sup>19</sup> vem a ser um expoente na crítica desta Escola e argumenta que a interpretação, até então feita, entendia a cultura como algo que exerce e administra de forma suprema os seres independentes das tarefas que estes cumparam. Era considerada uma instância supra-orgânica<sup>20</sup> em que o indivíduo é mero agente dos códigos, ou seja, a cultura era considerada um extrato superior determinante das ações humanas. O autor é contundente no debate e defende a idéia de que a cultura é trabalho humano. A impressão de autonomia que ela apresenta é sinônima de anonimato, pois como ato coletivo, há dificuldade de identificação precisa do agente. Duncan propõe que a cultura seja concebida como um sistema estruturado de signos que se constrói de forma processual, temporalmente dinâmico e, portanto, permite reafirmação dos códigos ou ainda sua contestação.<sup>21</sup>

A identidade se constrói também através do espaço geográfico que se compõe da convivência conflituosa entre grupos sociais. As identidades e os espaços de convivência cotidiana têm sido requisitados como uma potencial possibilidade da “organização de grupos para luta política. É uma maneira de compreender que as diferenças podem ser também um princípio da unidade e convergência de

---

<sup>19</sup> DUNCAN, James. S. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. *Revista Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, n.13. p. 7-33, jan/jun 2002.

<sup>20</sup> De acordo com Lorenza Mondada e Ola Söderström (2004, p. 137): O termo supra-orgânico remete ao darwinismo social e a sua ontologia em três etapas – inorgânica, orgânica, supra-orgânica.

<sup>21</sup> DUNCAN, James. S. A Paisagem Como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.

interesses”<sup>22</sup> Estes interesses convergentes podem ser construídos mesmo no confronto das diferenças de grupos. Segundo Stuart Hall, hodiernamente há uma erosão da ‘identidade mestra’. “As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe (...) constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença”<sup>23</sup>.

A busca por uma identidade ‘unívoca’ para mulheres feitas por muitas feministas foi criticada por Butler. A autora argumenta que este caminho de luta política está atrelado ao discurso hegemônico masculino e trata-se de um falocentrismo que, ao invés de garantia de alteridade para as mulheres, oferece apenas “um nome para eclipsar o feminino e tomar o seu lugar”<sup>24</sup>. A autora é taxativa ao argumentar que não existe identidade de gênero e tampouco uma linearidade entre corpos sexuados e uma determinada representação de gênero. Argumenta que:

(...) além das ficções ‘fundacionistas’ que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminino encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum (...) a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular da identidade (...) é necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista (...)<sup>25</sup>

Portanto, o ‘nós’ (mulheres) e a política é uma construção fictícia. A identidade performativa é no ato que ela se constrói e se legitima. Então o ‘eu’ pré-discursivo é absurdo, a partir do momento que o reconhecimento deste ‘eu’ se dá em relação ao

---

<sup>22</sup> SILVA JUNIOR, Wilson. *Identidade e locais de sociabilidade na instituição dos territórios intra-urbanos*. Ponta Grossa, 2004. p. 8.(no prelo).

<sup>23</sup> HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.p.20-21.

<sup>24</sup> *Ibid.* p.33.

<sup>25</sup> *Id.* p.20-24.

‘outro’ no processo de estruturação dos significados e na busca pelos sentidos. Ao argumentar que existe uma pluralidade de identidades femininas, ressalto que a síntese das identidades vai se dar na tensão performativa a partir da reserva pessoal e isso é importantíssimo para compreender a participação política feminina sob o aspecto geográfico. A sociedade é complexa, as mulheres vivem distintas realidades espaciais, vivenciam distintos fragmentos do mosaico que forma o urbano e com intensidades também diferentes.

Esta concepção de que não existe uma unidade na identidade do gênero feminino tem trazido uma série de dificuldades no processo de organização política para luta no cumprimento dos direitos das mulheres. O fato é que a pluralidade dessa realidade, associada à pretensa homogeneidade da identidade feminina, produzida na academia, tem provocado uma perda no espaço de lutas, pois as plataformas políticas não conseguem mobilizar as mulheres para organização social a fim de superar a dominação masculina.

O fato de algumas mulheres conquistarem cargos legislativos no Estado não significa que elas trabalhem fundamentadas numa identidade feminina, pois elas praticam inúmeros outros aspectos identitários como a religiosidade, a pertença de classe, de partido etc... Ao analisar as entrevistas realizadas com as mulheres que ocuparam cargo de vereadoras na Câmara Municipal de Ponta Grossa, não foi possível constatar nenhum traço de identificação das ações legislativas com uma luta pelos direitos das mulheres. Quando questionada sobre as dificuldades que enfrentou ao abordar temas exclusivamente femininos, uma vereadora respondeu:

Não nunca tive dificuldade porque nunca foi enfocado, porque Ponta Grossa hoje é uma cidade muito elitizada. Então hoje a gente está vendo que existe já mais uma abertura maior, desde postos de saúde, na conservação assim da vida sexual da mulher, em relação ao posto de saúde, hoje a gente vê que nós temos mamografia de graça, antigamente não tinha né hoje tem (...) <sup>26</sup>

O fato de as representantes da sociedade no Estado

<sup>26</sup> Depoimento de ex-vereadora do município de Ponta Grossa.

não considerarem a existência de temas femininos é um sintoma da ausência de discussão dessa temática e do desenvolvimento de uma percepção das diferenças sociais entre os grupos. As diferenças são materiais: a periferia de Ponta Grossa se caracteriza por abrigar grande número de mulheres responsáveis por domicílios, em idade reprodutiva, moradoras de locais com precária infra-estrutura e serviços, e pequena perspectiva de emprego.

Esta espacialidade é fruto de relações que extrapolam a explicação com base nos elementos de renda, mas, sobretudo, são questões que envolvem as diferenças de gênero. Entretanto, esta concepção não tem sido adotada pelos parlamentares, justamente pela dificuldade de se construir uma prática política que contemple as diferenças entre homens e mulheres.

### **Uma caracterização do desenvolvimento da participação feminina no estado e na sociedade civil em Ponta Grossa**

Ao analisar a representação feminina no Executivo e Legislativo municipal de Ponta Grossa, constatamos que as mulheres possuem pequena representação. Na história dos cargos executivos não há um único registro, e no legislativo, a representação das mulheres ainda é ínfima, como pode ser constatado na tabela 1.

O primeiro registro de participação feminina no Poder Legislativo de Ponta Grossa foi em 1951 com a vereadora Sra. Candida Mendez Braz. Sua atividade profissional foi caracterizada como “do lar” e os registros do partido político do qual fazia parte não foram encontrados na Câmara Municipal. Sua representação foi duradoura, pois permaneceu no poder entre 1951 até 1959.

Após a atuação da ex-vereadora Candida Mendez Braz, passaram-se trinta anos sem a presença feminina no legislativo municipal. Em 1989 houve a eleição da Sra. Sandra M.C. Queiroz, engenheira agrônoma, candidata pelo Partido Liberal (PL). Desde então, a Câmara de Vereadores

**Tabela 01**  
**Número de vereadores componentes da Câmara**  
**Municipal de Ponta Grossa no período de 1855-2005.**

Período de tempo	Número de cadeiras <sup>27</sup> da Câmara de vereadores de Ponta Grossa
1855 - 1860	07 Cadeiras
1861 - 1876	08 Cadeiras
1877 - 1889	09 Cadeiras
1890 - 1937	08 Cadeiras
1938 - 1946	Sem registro*
1947 - 2004	21 Cadeiras
2005...	15 Cadeiras

Organização: Almir Nabozny, 2005. Fonte: Karyne Aparecida Mioduski, 2004, p. 10. \* Este período corresponde à ditadura de Getúlio Vargas.

de Ponta Grossa conta com pelo menos duas mulheres ocupando cargos legislativos, como evidenciado na tabela 02.

O partido político que sustentou maior representatividade feminina foi o Partido dos Trabalhadores (PT), com 40% dos mandatos. Em seguida, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com 30%, em terceiro lugar o Partido Liberal (PL), com 20%; e, em quarto e último lugar, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com

<sup>27</sup> Existem algumas oscilações devidas há instabilidades da legislação: Em 1947 assumiram 14 legisladores. Em 1951 e em 1954 foram 21 vereadores, entretanto há o registro de 1955 (1 ano após 1954) assumirem o legislativo 14 vereadores. No período de 1959-1966 (3 legislaturas) é registrado 20 legisladores nas atas. De 1969 - 2001 (8 legislaturas) 21 vereadores. Destaco também que devida adequação ao calendário político nacional a legislatura de 1983 estendeu-se até 1988 (6 anos de mandato). Estas oscilações não são justificadas nas atas da Câmara Municipal de Vereadores, conforme reforçado pela palavra do Técnico Legislativo Ferdinando Giovanetti em 28/07/2005.

**Tabela 02**  
**Composição das Vereadoras na Câmara Municipal de**  
**Ponta Grossa 1989-2005.**

Ano	Nome	Profissão	Partido
1989	Sandra M.C Queiroz	Engenheira Agrônoma	PL
1993	Claudete Aparecida Dallabona	Pedagoga/Comerciante	PMDB
1993	Nassima Sallum Ribas	Comerciante/Administradora	PL
1997	Selma M. Schons	Professora Universitária	PT
1997	Ortência da Rosa <sup>*1</sup>	Assistente Social	PT
1997	Claudete Aparecida Dallabona <sup>*2</sup>	Pedagoga/Comerciante	PMDB
2001	Nassima Sallum Ribas	Comerciante/Administradora	PDT
2001	Selma M. Schons <sup>*3</sup>	Professora Universitária	PT
2005	Ana Maria Holleben	Professora	PT
2005	Alina de Almeida César	Pedagoga	PMDB

<sup>\*1</sup> Como suplente, assume a vaga do Engenheiro Civil Péricles de Holleben Mello (PT), que assumiu o cargo de Deputado Estadual no ano de 1998.

<sup>\*2</sup> Como suplente assume, a vaga do Médico Ricardo Mussi (PMDB), que assumiu a Secretaria de Saúde de Ponta Grossa.

<sup>\*3</sup> É substituída por sua suplente Alina de Almeida César (PMDB) ao assumir o cargo de Deputada Federal no ano de 2002.

Organização: Almir Nabozny, 2005. Fonte: Karyne Aparecida Mioduski, 2004 / Arquivo Câmara Municipal de Vereadores, 2005.

10% dos mandatos. Enfim, há um aumento da participação política feminina via partidária no Estado, com uma tendência ao crescimento. Em 1997, a representação percentual de mulheres na Câmara de Vereadores foi de 14%. Em 2001, sem considerar a suplência, a representação caiu para 9,5%, mas volta a aumentar em 2005, quando atinge um percentual de 13%.

Entretanto, ao considerar o total de mandatos cumpridos no legislativo municipal entre 1947 a 2005, constata-se que 95,81% dos mandatos foram cumpridos por homens e apenas 4,19% deles por mulheres. No âmbito

nacional, o cenário político brasileiro não se diferencia. Há uma hegemonia de homens ocupando os cargos do Poder Público. Gustavo Venturi alerta que:

O mundo do poder político, mesmo o das artes e do conhecimento, são poucos citados como espaços concretos de ação feminina, ainda distantes da realidade da maioria das mulheres no Brasil, ainda que os dados indiquem disposição em conquistá-los. A concentração de obrigações e responsabilidade no mundo privado, reporta a cada dia, certamente dificulta a que se aventurem por outros caminhos públicos, que exigem dedicação e experiência. Para que as mulheres possam exercer a cidadania com igualdade de condições, portanto, ainda há muito que percorrer e romper<sup>28</sup>.

Se a expressão feminina no Poder Municipal de Ponta Grossa já é pequena, quando se considera a representação das mulheres de baixa renda constata-se sua inexistência. As mulheres que ocuparam cargos legislativos tinham cumprido o ensino superior e eram administradoras de empresas, pedagogas e professoras. Este fato complexifica ainda mais a colocação de interesses das mulheres de baixa renda no Estado. Primeiramente, porque, como já discutido anteriormente, o gênero feminino não abriga todas as identidades femininas existentes e, em segundo lugar, porque a vivência cotidiana das mulheres de alta renda e educação superior é diversa daquela vivida pelas mulheres da periferia. Sendo assim, pode-se afirmar que as mulheres de baixa renda não possuem representação de sua identidade na Câmara de Vereadores. Apesar da representação feminina alcançada até hoje pelas mulheres, ela se caracteriza pela elitização do acesso ao Estado via pleito eleitoral partidário.

O início de uma representação feminina continuada no legislativo de Ponta Grossa coincide com um processo de profundas transformações do papel do Estado em diversas

---

<sup>28</sup> VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. de. (org). *A Mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.p.29.

escalas. No Brasil, a década de oitenta foi marcada por muitos movimentos sociais e culminou com a instituição da Constituição de 1988, que organizava uma série de características da representação da sociedade civil no Estado. Sabe-se que o Estado brasileiro contraiu enorme dívida social durante sua história e que, com o processo de democratização, teve revelada sua fragilidade econômica e de legitimação, conforme Luciano Fedozzi. Além disso, não se pode vilipendiar a sociedade civil exercendo pressão para a socialização da política. A chamada crise do Estado em dar respostas materiais à sociedade civil aprofundou-se, também, na “sua intransparência e impermeabilidade para lidar com a realidade social que se estilhaça e produz incessantemente novos conflitos e novos movimentos”<sup>29</sup>

A modalidade de acesso das mulheres ao poder do Estado foi mais visível durante a experiência do Orçamento Participativo, ocorrida durante a gestão do ex-prefeito Péricles H. de Mello, do Partido dos Trabalhadores, entre 2001 e 2004. Prática já desenvolvida por outras administrações municipais petistas, o Orçamento Participativo (OP) em Ponta Grossa foi de extrema importância para constituir uma visibilidade do papel feminino na política municipal. Entre outros objetivos, o OP buscava a democratização do acesso da sociedade civil ao Estado e, nesse contexto, pode-se evidenciar a participação feminina, conforme afirma um dos ex-dirigentes do OP:

(...) a participação feminina era maior que a masculina. Significativamente maior em nível de delegados e mais ou menos metade em nível de conselheiros. A impressão que dá é que nas questões locais, na questão do bairro e tal as mulheres estão mais atentas (pausa) de que os homens, embora haja líderes dos bairros do sexo masculino. Grande parte das lideranças do bairro, grande parte a maioria delas são mulheres.

---

<sup>29</sup> GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. de. *Orçamento Participativo a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.p.13.

Aprensão do dirigente coincide com os dados levantados nos arquivos do OP da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, como pode ser visualizado na tabela 03.

**Tabela 03 - Participação de Homens e Mulheres na Estrutura organizacional do Orçamento Participativo em Ponta Grossa entre 2001 e 2004.**

Total de delegados	Homens	Mulheres	% masculino	% feminino
1.697 *	983	714	57,90%	42,10%
Total de conselheiros	Homens	Mulheres	% masculino	% feminino
139	90	49	64,75%	35,25%

\* Não conseguimos dados do número de delegada (o)s do ano de 2004 de 04 Unidades Espaciais de Gestão.  
Organização: Almir Nabozny, 2005.  
Fonte: Coordenadoria de Mobilização Popular (PMPG-2004).

Estes números representam uma maior expressão das mulheres na luta política cívica. Quando na introdução se afirmou que no processo de produção do espaço urbano, homens e mulheres possuem acessibilidade assimétrica em relação aos bens produzidos no urbano, evidencio que as diferenças de acessibilidades não são aceitas passivamente pelas mulheres e é no processo de organização cívica e no acesso ao poder de Estado que podem ocorrer as transformações. Se por um lado se constatou pequena participação feminina no Estado sob a lógica da política partidária, paradoxalmente, quando se evidencia a escala do cotidiano, revela-se uma forte e vital participação feminina. Assim, considera-se que embora ainda quieto, haja um potencialmente explosivo “capital social” acumulado<sup>30</sup>.

Destaco que nas idéias de Robert Putnam é dada

<sup>30</sup> *Ibid.*

ênfase ao fator cultural, por meio do que a eficiência política se explicaria pela articulação horizontal da sociedade cívica, ou seja, o seu capital social. A postura do capital social é criticada por pesquisadores da corrente neo-institucionalista, para os quais ações formuladas por um aparelho de Estado podem fomentar redes de capital social. Dessa forma a eficiência está ligada à “qualidade” das instituições públicas em mobilizar e valorizar o capital social. Em 80 % dos casos de mulheres investigadas que participaram do Orçamento Participativo como delegadas e/ou conselheiras, constatou-se que a atividade política feminina já ocorria em organizações populares como Associação de Moradores, entre outras, onde a instituição Estado funcionou como espaço de visibilidade desse capital social.

Por outro lado, Jawdat Abu-El-Haj<sup>31</sup> afirma que ambas as posições, o culturalismo, assim como o debate neo-institucional, sucumbem a um excessivo “determinismo”. As causalidades do engajamento cívico a processos histórico-culturais remeteriam algumas sociedades a um fadado processo cultural. Entretanto, Abu-El-Haj salienta que a abordagem neo-institucional omite a natureza política das elites políticas e seus projetos de poder. Por mais efetivas que sejam as burocracias de Estado, elas não são capazes de gerir isoladamente as políticas públicas. No caso de Ponta Grossa foi vitorioso nas eleições de 2004 o Sr. Pedro Wosgrau Filho (PSDB: Partido Social Democrático Brasileiro) que, ao assumir o cargo de Prefeito Municipal em 2005, acabou com a política de participação popular instituída no governo anterior. Os avanços foram suprimidos com o novo governo, mas sem dúvida, não fez desaparecer a atuação feminina, apenas dificultou mais ainda sua visibilidade. Permito-me rejeitar no contexto histórico-geográfico deste artigo tanto o debate *culturalista* quanto *neo-institucional* em suas facetas **extremas**, considerando haver uma relação processual de

---

<sup>31</sup> ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. Rio de Janeiro, n. 47, 1º semestre, 1999. p. 65-79.

duplo vínculo de ambas as esferas, desta forma os dois debates não são excludentes mais complementares.

### **Considerações finais**

Nesse sentido, este artigo evidenciou uma discussão sobre os conceitos de Gênero, Estado e Espaço Urbano, atrelados pela participação política feminina, concluindo que o acesso das mulheres ao Estado pode ser visível, desde que adotadas novas perspectivas de compreensão da luta feminina. Através do desenvolvimento de suas táticas de sobrevivência, as mulheres redesenham o espaço geográfico, que não pode mais ser visto dentro de um ciclo de reflexo e condição e sim em um tenso embate entre centro e periferia, em que os sujeitos estão pluri-localizados e em movimento. Desse modo, centro e margem oscilam e podem constituir inúmeras configurações no espaço-tempo. É então no movimento que se percebe que centro e margem estão simultaneamente juntos e separados, o que caracteriza suas fronteiras não como limite, mas como possibilidades de instituição de um novo.

## Referências

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. Rio de Janeiro, n. 47, 1º semestre, 1999. p. 65-79.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. 231p.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.
- CORRÊA, Roberto. Lobato. *O Espaço Urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 94p.
- COSGROVE, Denis. Geografia Cultural do Milênio. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p.17-46.
- COSTA, Delaine. Martins. *Democratização dos Poderes Municipais e Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 1997.132 p.
- DUNCAN, James. S. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro: UERJ, n.13. p. 7-33, jan/jun 2002.
- \_\_\_\_\_. A Paisagem Como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Tomo Editorial, 1997. 253 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 288 p.
- GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. de. *Orçamento Participativo a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. 97p.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993. 310p.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.102 p.
- MIODUSKI, Karyne Aparecida. *A Produção do Espaço Pontagrossense a Partir da Ação das Elites Políticas Componentes do Legislativo Municipal no Período de 1947 – 2004*. Ponta Grossa: UEPG, 2004. 51p. Monografia (Conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia), sob orientação da Prof.ª, Dr.ª Joseli Maria Silva.
- MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. Do Texto à Interação: Percurso Através da Geografia Cultural Contemporânea. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 133-156.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.
- PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e democracia - a experiência da Itália*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 256 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p.

- SILVA, Joseli. Maria. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: Um desafio para a Geografia Cultural brasileira. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org) *Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 173-189.
- SILVA JUNIOR, Wilson. *Identidade e locais de sociabilidade na instituição dos territórios intra-urbanos*. Ponta Grossa, 2004. 8.p.. (no prelo).
- SPÓSITO, Maria. Encarnação. B. *Capitalismo e Urbanização*. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2001. 80 p.
- VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. de. (org). *A Mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.p.15-30.

**Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano : o paradoxo da participação política cívica e da participação no Estado**

Almir Nabozny

**Resumo:** O artigo explora a experiência de participação política cívica feminina e a sua precária inserção na esfera da política formal/partidária, buscando desvelar as nuances de gênero nas relações com o Estado e a produção do espaço urbano. É neste contexto que emergem sujeitas cujas geografias não comportam uma unívoca identidade, pois seus discursos nascem em contextos históricos geográficos.

**Palavras-chave:** Espaço urbano, Estado, gênero e identidade.

**Abstract:** This article explores the experience of feminine political civic participation and its precarious insertion in the sphere of formal/partisan politics, aiming to reveal the nuances of gender in relation to the State and production in the urban space. In this context we have the emergence of subjects, whose geographies do not encompass a univocal identity, because their speeches arise in historical geographical contexts.

**Key-Words:** Urban space, State, gender, identity.

Artigo recebido para publicação em 07/06/2006.

Artigo aprovado para publicação em 25/10/2006.